

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcio-nários desta Casa, público telespectador da TV Assembleia, eu queria, inicialmente, até me dirigir ao nobre deputado Luiz Claudio Marcolino - pessoa que, dentro desta Casa, colaborou muitíssimo com o nosso mandato. Foi um parceiro de primeira ordem, de primeira linha.

É muito oportuna a observação que V. Exa. fez em relação à questão do corte do transporte, porque as coisas têm que ser feitas de forma íntegra e completa, para que ninguém fique desas-sistido. Então, a observação de V. Exa. é profundamente eficaz.

Entretanto, na verdade, eu vim aqui, mais para falar sobre o movimento que os estudantes e as entidades estudantis fizeram. Estiveram lá, também, no nosso gabinete, conversando sobre a votação desse projeto, porque, na verdade, a luta do movimento estudantil existe há mais de vinte anos. Eles já vêm falando nisso há muito tempo.

Quando conseguimos, dentro desta Assembleia, ter um dia em que ela não vai ser maltratada pela imprensa - como normalmente acontece - eu fico com um pouco de esperança. Confesso a V. Exa. que eu fiquei com mais esperanças, porque houve uma conversa do movimento estudantil com o nosso mandato.

Acho que todo mundo sabe da nossa limitação na questão legislativa - que é uma coisa óbvia, até por causa da nossa história de vida -, mas nunca deixamos de ouvir aqueles que sabem mais. Eu tenho a maior tranquilidade em dizer, aqui, que o movimento estudantil hoje, também nos ensinou muita coisa e fez com que nós pegássemos as emendas - foram emendas que, inclusive, eles trouxeram.

Foi iniciativa deles - e nem todas, infelizmente, foram aceitas. Não foram acatadas. Conseguimos acatar apenas uma emenda, mas, de qualquer forma, acho que, quando se conse-gue realizar parte de um sonho, não se pode perder a luzinha no final do túnel.

Alguma coisa tem que acontecer, para que as pessoas possam, pelo menos, ter um pouco mais de crença no Poder Legislativo do Estado de São Paulo. Aqui é como um sanduíche. Ficamos no meio da história, mas nunca conseguimos ter pro-jetos aprovados totalmente, porque, às vezes, é aprovado aqui por unanimidade e, depois, não é sancionado.

Então, há frustração. Eu, pelo menos, tenho uma série de frustrações, de coisas que nós tentamos encaminhar aqui e que, depois, tiveram veto. Então, fica parecendo que não construí-mos coisa alguma.

De qualquer forma, quero agradecer ao presidente desta Casa, Chico Sardelli, por ter recebido a comissão estudantil no Colégio de Líderes. Agradeço a todos os líderes que estavam lá presentes e ouviram a Carina Vitral, junto com seus colegas, também líderes estudantis, colocar suas reivindicações. É uma coisa que nos deixa muito felizes.

Dificilmente peço para alguém visitar o Colégio de Líderes. É muito difícil eu fazer isso, mas eu conversei com o presidente antes e ele autorizou que a Carina fosse lá para fazer as suas reivindicações. Ela tinha três minutos. Falou quase dez e nin-guém reclamou.

Então, o que nós esperamos é que realmente haja uma oportunidade de melhorar esse projeto. Quanto ao passe livre, ninguém está fazendo absolutamente nada de mais. Acho que dar transporte para quem quer cultura, para quem quer estudar, é uma obrigação - até porque na Constituição está escrito que o Governo tem que dar Educação e Saúde para todo mundo.

Agora, o que esperamos é que esse passe livre também venha para que, se o estudante quiser ir a um museu, uma biblioteca ou um cinema - que são complementação de educa-ção -, ele também tenha esse direito.

É como dizemos, há toda uma preocupação no estado de São Paulo de se construir presídios e cadeias. Acho que temos que diminuir os presídios e as cadeias e construir escolas, porque é a única coisa que vai poder realmente desenvolver este País. São os dois pilares que vão desenvolver o Brasil, para valer: a Cultura e a Educação.

Quero agradecer aos líderes por terem concedido a par-ticipação dos líderes estudantis no Colégio de Líderes. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Em votação. O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, peço a pala-vra para encaminhar a votação pela bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo, para encami-nhar a votação pela bancada do PT.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, líderes estudantis que ocupam as galerias, representantes do Sindicato de Transportes Escolares, vamos votar o projeto do Passe Livre hoje, em Regime de Urgência. O projeto tramitou rapidamente pela Assembleia Legislativa, mas sabemos que ele não é com-pleto, não atende às históricas reivindicações dos estudantes, das entidades representativas do movimento estudantil.

Em junho de 2013, explodiram manifestações que nasce-ram especialmente da demanda por mobilidade urbana. Não significa que a luta pelo passe livre nasceu nesse período, muito pelo contrário. Eu deixei o movimento estudantil secundarista em 1995, quando passei a ser estudante universitário. Tinha-mos dois nortes no início do movimento estudantil: o direito à meia-entrada e, quase de maneira concomitante, a luta pelo passe livre.

Vale lembrar e fazer uma retrospectiva. Primeiro, o gover-nador atende a uma pressão, assim como o prefeito da capital também atende a uma demanda que explodiu, que se popula-rizou, que se tornou uma bandeira de massas há pouco tempo. Mas existe uma vanguarda de mais de 20 anos acumulando forças e discutindo, tendo pequenas vitórias pelo Brasil, como é o caso de Fortaleza, como é o caso de várias cidades do interior, como recentemente aconteceu em Jundiaí com um prefeito do PCdoB. Houve várias pequenas vitórias pelo estado.

Então, quero fazer justiça, fazer uma referência e saudar os nossos companheiros, líderes que estiveram aqui hoje e ajudaram a melhorar o projeto, já que algumas emendas foram acatadas.

Quero registrar a presença da Carina Vitral, presidente da UEE; da Ângela, presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas; da Bárbara Melo, presidente da Ubes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; do Henrique Domín-gues, do DCE da Fatec; do Mateus Weber, da UNE; e do Kauê, da Umes de São Paulo. São entidades, instituições, organizações estudantis que têm um histórico, um foco, que são responsáveis pela vanguarda do passe livre que se consuma hoje, na capital de São Paulo e no estado de São Paulo.

Não foram todas as emendas e demandas apresentadas pelo movimento estudantil que foram acatadas. Quero saudar o deputado Gerson Bittencourt, que foi o relator, e o nosso com-panheiro, Evaristo, que, junto com os estudantes, participaram do processo de formação do projeto para ser votado.

O projeto incorporou, por exemplo, os estudantes do Ensi-no Técnico que não estavam representados. O governador tem essa mania de criar cidadãos de primeira e segunda classe no estado de São Paulo.

É assim na Segurança Pública; quem mora em bairro de rico, a Polícia tem um comportamento; quem mora na periferia, recebe outro tipo de atenção da Polícia. Assim são as regiões metropolitanas. A região metropolitana de São Paulo foi forma-tada e aprovada; e de São José do Rio Preto foi vetada. E ele repete essa lógica agora criando estudantes de primeira classe e de segunda classe. O estudante da Capital, das regiões metro-politanas será beneficiado pelo passe-livre. O estudante de Marília, de Araçatuba, de São José do Rio Preto, de Presidente Prudente, de Bauru, de Araraquara, onde há centros universi-tários, não será beneficiado. Aliás, no meu ponto de vista, esse

projeto de lei, que vamos aprovar pela urgência, mas estamos apontando as contradições, pode até ser questionado depois de aprovado na Justiça, porque, na minha pouca compreensão jurídica, não é possível se fazer uma lei para o estado inteiro que beneficie apenas uma parte. É um problema a ser resolvido e não vamos dar trégua a essa questão. Só não vamos obstruir, porque senão faremos o jogo do governo, não vamos votar o projeto, vão postergar um pouco mais e vão colocar na conta do PCdoB, na conta do PT, na conta da UEE, na conta da Umes, da Ubes e da Upis a não aprovação do passe-livre, o que é típico do governador, ou seja, repartir as suas responsabilidades com os outros. (Manifestação nas galerias.) Como por exemplo o problema da água.

Sabemos que na sexta-feira vai haver uma reunião em que o governador vai reunir os prefeitos e vai anunciar, na véspera de Carnaval, alguma medida indesejável para a população. Mas vai fazer isso com os prefeitos, vai repartir a culpa, que é dele, só dele, da Sabesp pela falta de água em São Paulo com os prefeitos. Então por isso que não criamos resistência para aperfeiçoar o projeto; existe uma urgência, o estudante já está na sala de aula e ele não vai ter condição de se beneficiar.

Não foram atendidos também, Sr. Presidente, estudantes bolsistas do ensino médio e fundamental. Não sabemos por que essa discriminação. O projeto beneficia grande parte dos estudantes? Sim, mas é incompleto, não é o desejável. Depois da aprovação vamos continuar na trincheira de lutas para aper-feiçoar e melhorar o passe-livre.

Sr. Presidente, encerro minha fala parabenizando e sau-dando os nossos companheiros estudantes responsáveis pelo acúmulo de forças, pela luta de vanguarda para que chegássem a uma conquista. O governador não traz este projeto para a Assembleia por convicção, como parte do seu programa. Ele é obrigado a ceder a uma reivindicação histórica e antiga dos estudantes, que garante o direito de o estudante ir à escola.

Sr. Presidente, sabemos que não se educa um povo apenas na sala de aula. O estudante deveria ter o direito de acessar toda a cidade, os parques, os teatros, shows em praça pública, a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal. E o estudante está proibido de usar o benefício do passe-livre para esses passeios. A lei é imperfeita e não garante isso; garante apenas o deslo-camento de casa para a escola, para a universidade. Ou seja, fez o mínimo possível. É um passe-livre relativo, um passe-livre limitado. A nossa luta continua, mas ainda assim esse benefício, que não é completo, não é do governador, nem do PSDB, é fruto da luta de vocês, líderes estudantis, vanguardistas responsáveis pela manutenção das nossas bandeiras e dos nossos sonhos.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Em votação o item 1, Projeto de lei nº 1, de 2015, salvo emendas e sub-sutivo.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Fica prejudicado o substitutivo.

Item 3, emenda nº 2, na forma da subemenda, emenda nº 5 na forma da subemenda e emendas de nº 9 e 10, na forma da subemenda apresentada.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Ficam prejudicadas as emendas de nº 2, 5, 9 e 10.

Item nº 04, demais emendas englobadamente.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Gostaria de antecipar a declaração de voto, que a bancada do PT entregará formalmen-te, e declarar voto favorável a todas as emendas do PT e do PCdoB. Passo a ler a declaração de voto:

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Declaração de Voto
O governo do Estado de São Paulo seguindo os passos da Prefeitura Municipal de São Paulo, mandou à Assembleia Legis-lativa do Estado de São Paulo o PL nº 1 de 2015 que:

Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, na forma que especifica.

No conjunto, a Bancada apresentou 9 emendas, sendo 5 (cinco) do Deputado João Paulo Rillo e 4 (quatro) do Deputado Gerson Bittencourt, que foi relator especial da matéria.
A primeira emenda do Deputado João Paulo Rillo, nume-rada como número 2 pelo sistema da casa trata da extensão do benefício a alunos de outros sistemas de ensino, como o técnico, como segue:

Emenda nº 2
Para incluir o inciso IV no artigo 2º com a seguinte redação:
IV- dos cursos públicos e privados técnicos e tecnológicos, profissionalizantes e de pré-vestibular;

Essa emenda foi ACATADA pelo governo, ressaltando, atra-vés de submenda, que os beneficiários sejam de baixa renda.

Emenda nº 3
Para alterar o inciso I do artigo 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - dos ensinos fundamental e médio regularmente matriculados nas instituições de ensino públicas e nas instituições de ensino privadas, desde que comprovem baixa renda na última hipótese;

Essa emenda visava dar principalmente aos alunos da rede privada do ensino básico a gratuidade, mas foi REJEITADA pelo governo.

Para alterar a alínea d do inciso III do artigo 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Emenda nº 4
d) atendidos por programas governamentais de cotas sociais ofertados pelo Governo Federal, Governo do Estado ou Governos dos Municípios integrantes das Regiões Metropolita-nas do Estado de São Paulo, que compreendem os serviços de transportes especificados no caput do art. 1º desta lei.

O objetivo dessa emenda era estender o benefício aos cida-dãos que participam de programas governamentais sociais. Foi REJEITADA pelo governo.

Emenda nº 5
Para incluir o parágrafo único no artigo 2º com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei enquadra-se no conceito de "baixa renda" o estudante cuja renda familiar per capita não ultrapasse o valor equivalente a 1,5 (um e meio) salário mínimo, tendo como base o Piso Salarial Regional do Estado de São Paulo;

O objetivo dessa emenda é estabelecer um padrão para os que receberão o benefício. Foi APROVADA pelo governo como subemenda que troca o piso referencial paulista para o nacional.

Emenda nº 6
Para alterar o artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Companhia Paulista de Trems Metropolitanos - CPTM, nos serviços gerenciados pela Empresa Metropolita-na de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU/SP, nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, e no sistema de transporte intermunicipal na modalidade suburbana, gerido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp, na forma a ser regulamentada por decreto.

Justificativa

Para que a iniciativa de isentar os estudantes do pagamen-to dos custos do transporte alcance com igualdade todos os cidadãos do estado é indispensável a adequação sugerida pela presente emenda, com a inclusão do sistema gerido pela Agên-cia Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp.

Cabe à referida agência a regulação dos transportes nas demais regiões do estado, inclusive o intermunicipal, na modali-dade suburbana, utilizado com frequência para o deslocamento de estudantes para os municípios vizinhos de suas residências, onde estão localizada suas instituições de ensino.

Sem a adequação, os benefícios propostos pelo presente projeto vão recair exclusivamente sobre uma parcela de estu-dantes do estado, enquanto a outra é excluída desse impor-tante incentivo à formação educacional. A presente proposta busca evitar a desigualdade, a exclusão injusta de estudantes do benefício da isenção do pagamento dos custos do transporte por não residirem na Capital ou região metropolitana de São Paulo.

Essa emenda é de suma importância e foi REJEITADA pelo governo estadual, criando duas categorias de cidadãos no Estado de São Paulo, uma que mora nas regiões metropolitanas e terá direito ao benefício da gratuidade e outra que mora nas regiões não metropolitanas e não terá o benefício, pois o siste-ma intermunicipal de ônibus urbano é gerido pela Artesp que utiliza o nome modalidade suburbana para diferenciar os siste-mas, que é o ônibus com duas portas em que os passageiros entram pela frente e saem por trás, como é o sistema operado pela EMTU. Dessa forma todo o interior do Estado de São Paulo foi PREJUDICADO pela fato do governo do Estado de São Paulo ter rejeitado essa emenda.

O Deputado Gerson Bittencourt fez 4 emendas, apre-sentadas em uma só e foram REJEITADAS. As emendas do Deputado Gerson Bittercourt, principalmente a de número 4, visava impedir que o governo repasse para os usuários o custo das gratuidades

Emenda nº 7,
Acrescenta-se ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 01, de 2015 o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Os estudantes incluídos nas condições previstas neste artigo não poderão ser beneficiário concomi-tante de programas de transporte escolar gratuito ou outras modalidades no transporte, tais como as destinadas aos idosos ou pessoas com deficiência."

Acrescenta-se ao Projeto de Lei nº 01, de 2015 o seguinte artigo 3º, renumerando-se os demais:

"Art. 3º. O cartão do bilhete Único de que trata esta Porta-ria é de uso pessoal do estudante titular dos direitos à gratuida-de, sendo intransferível."

Acrescenta-se ao Projeto de Lei nº 01, de 2015 o seguinte artigo 4º, renumerando-se os demais:

"art. 4º. As gratuidades concedidas não poderão recair em aumento adicional para aqueles usuários que pagam diariamente suas passagens."

Por solicitação do Sindicato dos Instrutores e Trabalhadores em Auto Escolas, Despachantes, Empresas de Transporte Escolar no Município de Guarulhos e Região apresentamos uma emen-da ao Colégio de Líderes que ressalta a preocupação desses tra-balhadores com a possibilidade do governo estadual por conta do remanejamento de verbas extinguir o chamado Transporte Escolar Gratuito que atende estudantes entre 2 e 14 anos e que deve ser mantido por estudantes serem muito jovens para tomarem ônibus, trem ou metrô.

Conclusão

Dessa forma o Partido dos Trabalhadores é parcialmente a favor da aprovação do PL nº1 de 2015, ressaltando que o Parti-do vai lutar para que as regiões não contempladas com a gra-tuidade sejam atendidas. Entendemos que o projeto apresenta-do pelo governo estadual é EXCLUDENTE ao beneficiar apenas as regiões metropolitanas paulistas. Estudantes da região de São José do Rio Preto, Araraquara, Piracicaba, Araçatuba, Pre-sidente Prudente, Bauru, Jundiaí, Jales, entre outras não terão o benefício do bilhete único. Aprovamos o Projeto Lei para que os alunos atendidos não sejam mais prejudicados, pois a Prefeitura Municipal de São Paulo, desde o dia 2 de fevereiro já está beneficiando os alunos da cidade de São Paulo, enquanto que no Estado ainda dependerá de uma regulamentação que esperamos seja rápida para que seja concedido o benefício. A Bancada do Partido dos Trabalhadores se compromete com as regiões não metropolitanas a cobrar do governo de São Paulo que essa injustiça seja corrigida e que envie à Assembleia Legis-lativa do Estado de São Paulo um Projeto Lei que corrija essa distorção, estabelecendo a gratuidade para os alunos das regi-ões não metropolitanas, beneficiando o Estado como um todo e não parcialmente. Afinal, perante a lei não existem cidadãos de primeira e segunda categorias, todos são iguais.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2015

Deputado João Paulo Rillo

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Registrada a manifestação de Vossa Excelência. (Palmas.)

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Gostaria de declarar voto favorável às emendas do PCdoB e do PT.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Registrada a manifestação de Vossa Excelência. (Palmas.)

Gostaria, neste momento, de destacar minha felicidade e de parabenizar os líderes e as lideranças que aqui estão representadas na pessoa da Carina. Este parlamento deu sua contribuição ao estado de São Paulo e ao Passe Livre.

Também destaco a satisfação de que este tenha sido o projeto nº 1 de 2015, o primeiro projeto aprovado do gover-nador Geraldo Alckmin. Em nome da Presidência e de todos os parlamentares agradeço aos líderes e àqueles que trabalharam para que este momento chegasse. Foi muito importante. (Mani-festação nas galerias.)

Esta Presidência nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término da presente sessão, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1, de 2015, redação final.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência vai encerrá-la. Está encerrada a presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 38 minutos.

12 DE FEVEREIRO DE 20159ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidente: JOOJI HATO
Secretário: CARLOS GIANNAZI
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Comenta audiência pública realizada dia 10/02, nesta Casa, para apurar afronta a direitos de agentes de organização escolar. Afirma que há desvalorização da categoria, cujo salário-base não supera 961 reais. Argumenta que, possivelmente, greve do setor será levada a efeito. Clama por reunião com o secretário da Educação, em prol do restabelecimento da dignidade dos servidores.

3 - CARLOS GIANNAZI
Lê e comenta texto de Leo Heller, relator especial da ONU sobre o direito à água potável e ao saneamento, referente ao colapso de água no estado de São Paulo. Acrescenta que o governador Geraldo Alckmin tem o dever de assegurar segurança hídrica para a população, independente de períodos prolongados de estiagem. Lembra que, há aproximadamente dez anos, o Governo do Estado fora alertado acerca da necessidade de planejamento para o setor. Afirma que 30% do consumo do bem decorre de vazamentos em tubulações inapropriadas. Critica a direção da Sabesp pela forma como tem conduzido a crise hídrica.

4 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

5 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 13/02, à hora regimental, sem ordem do dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo núme-ro legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, inicia-mos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presen-tes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expe-diente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Proce-de à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamen-te da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente, nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputa-do Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Uebe Rezekc. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Dilador Borges. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Sarah Munhoz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputa-do Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edinho Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Anto-nio Mmentor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fer-nandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Vanessa Damo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gerson Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Felício. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Dildo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçoene. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Hamilton Pereira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado Afonso Lobato. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Sarah Munhoz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia que nos assiste aqui na Capital, na Grande São Paulo, na Baixada Santista e também no Interior paulista, gostaria de dizer que realizamos uma grande audiência pública no último dia 10, terça-feira, às 19 horas, aqui na Assembleia Legislativa, no Plenário Franco Montoro, com os agentes de organização escolar. Uma concor-rida e lotada audiência pública onde nós ouvimos gravíssimas denúncias sobre a agressão aos direitos e à dignidade desses importantes profissionais da Educação que estão com a carreira totalmente destruída pelo Governo do Estado.

Foram muitas as denúncias. Nós já conhecíamos a situação dos agentes de organização escolar e de outros funcionários também do quadro de apoio da rede estadual. Mas os depoi-mentos dramáticos, chocantes, mostraram, de fato, a perversi-dade do governo estadual em relação a uma carreira importan-te e estratégica para o funcionamento das nossas escolas, que é a carreira dos agentes de organização escolar.

O agente de organização escolar tem uma função muito importante na escola porque é o funcionário que dá toda sus-tenção, oferece todo o aparato para que a escola seja aberta e possa funcionar. Sem um agente de organização escolar, a escola não funciona. O aluno não vai conseguir entrar na escola; ou seja, não há a mínima condição de funcionamento, porque ele tem uma função importante na secretaria. Ele tem muitas funções estratégicas dentro da escola, no entanto, a carreira está altamente desvalorizada.

Falamos muito aqui da desvalorização do magistério da escola pública pelo governo estadual, mas a desvalorização em relação aos agentes de organização escolar é muito maior. Ouvi-mos muitas denúncias de assédio moral, de desvio de função, de falta de evolução funcional na carreira, de aviltantes salários recebidos por esses servidores. Inclusive, está aqui o salário base de uma agente de organização escolar, que é aquele profissional que faz o prontuário dos alunos e dos professores, cuida do pagamento dos servidores, faz o certificado e o histó-rico dos alunos, mantém a atualização de todos os documentos de uma escola estadual, e outros trabalhos importantes como o atendimento à comunidade. O agente de organização escolar se relaciona com os professores, os alunos e a direção da escola.

O salário base de um agente de organização escolar é de R\$ 971,00. Além das condições extremamente precarizadas de trabalho, esses servidores são ameaçados, são vítimas da vio-lência nas escolas, e recebem esse salário. Algo tem de ser feito. Por isso, os servidores vieram aqui na Assembleia Legislativa. Eles voltarão e organizarão manifestações públicas, e certamen-te, em algum momento, haverá uma greve de todo o quadro de